



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

ATA nº 3 – Terceira Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, realizada no dia 14 de junho de 2019

No dia catorze de junho do ano de dois mil e dezanove pelas nove horas, nesta vila de Montalegre, no Salão Nobre dos Paços do Município, realizou-se a terceira sessão ordinária da Assembleia Municipal de Montalegre, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 01 de abril, do ano 2019.

2 – Expediente para conhecimento.

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

4.2. Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto;

4.3. Relatório de Contas Consolidadas – Ano 2018;

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019. Art.º 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março;

4.5. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide, destinado à realização de obras na freguesia;

4.6. Eleição de um elemento para fazer parte da Comissão Alargada da CPCJ de Montalegre, em virtude da professora Maria de Fátima da Silva Crespo ter pedido demissão do referido cargo;



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.7. EHATB / Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2018 / Para conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

Efetuuou-se o registo das presenças, tendo-se verificado que estavam presentes quarenta e cinco membros, à exceção de Acácio da Silva Gonçalves, Nuno Pereira, José João Carvalho de Moura, Márcio Azevedo, Vitor Carreira, Paulo Pinto e João Santos.

Justificaram as faltas à sessão anterior os deputados Manuel Rebelo, Nuno Pereira, Ana Maria Martins, João Carlos Rodrigues, Sandra Pinto, Isabel Cosquete e José Luís Nogueira.

Além do Senhor Presidente da Câmara Municipal, Manuel Orlando Fernandes Alves e do Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal, David Varela Teixeira, estiveram presentes os Senhores Vereadores Maria de Fátima Pereira Fernandes Alves, Paulo Jorge Miranda da Cruz e José Moura Rodrigues.

Registando-se quórum, o Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a sessão.

1 – Apreciação e votação da ata da 2ª sessão ordinária do dia 01 de abril, do ano 2019

A ata da sessão ordinária do dia 1 de abril de 2019 foi posta à consideração, não tendo havido qualquer reparo.

Posta a votação, a ata foi aprovada por maioria com três abstenções dos deputados Ana Maria Martins, João Carlos Rodrigues e Marco Sousa.

2 – Expediente para conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conhecimento do expediente recebido.

A Assembleia tomou conhecimento

3 – Período Antes da Ordem do Dia.

Inscreveram-se para intervir os deputados João Soares, Duarte Gonçalves, José Fernando Moura, João Carlos Rodrigues, Marco Sousa, Sandra Gonçalves, António Ferreira, Manuel Rebelo, Ricardo Moura, Iva Rebelo, Rui Cruz e Ana Isabel Dias.

O deputado João Soares falou sobre o dia do Município e sobre a reabertura do castelo. Referiu que, quando estava no interior do castelo, alguém lhe disse “estou com a alma cheia” e foi o primeiro dia da alma matriz e referência desta terra.

Há uns tempos atrás disseram que o castelo iria ser desqualificado, mas não lhe parece.

Relembrou que fez 63 anos, dia 23 de maio de 1956, quando lá do alto viu a igreja matriz onde o poeta escreveu a marcha de Montalegre. De lá visionava-se o castelo, continua belo e imponente.

Disse que a Dra. Isabela Estrada Carvalhais professora na Universidade do Minho lhe deu os parabéns pela obra feita no castelo digna de se ver. Os senhores que davam o castelo como morto, devem felicitar a Câmara e todos estamos de parabéns pois é um motivo de orgulho.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, senhores vereadores, caríssimos membros da Mesa, caros colegas deputados.

Trago à vossa consideração algumas questões que me parecem pertinentes.

Em primeiro lugar, gostaria de dizer que o dia do município poderia ser melhor organizado. Muita gente ficou fora da sala, sem condições de assistir e sem conseguir ouvir os discursos proferidos. Penso que o multiusos seria o espaço mais adequado para a realização do evento. Também a nível protocolar, Sr. Presidente, os seus mandatos ficam marcados por um desrespeito total pelo protocolo. Pude assistir aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

familiares de um dos Laureados que, tendo chegado atrasados, não tinham lugar reservado, sendo que à avó lá lhe arranjam cadeira no lugar dos vereadores. Há falta de organização também a esse respeito.

Em segundo lugar, quero questioná-lo sobre o projeto de batata de semente. Porquê não se fez batata de semente este ano? Porquê se suspendeu o projeto que era anunciado como de amplo sucesso? O que se passou?

Depois Sr. Presidente, uma palavra também sobre a estrada de Chaves.

Além das deficiências no asfalto que já cá referi, com buracos que surgiram logo após o alcatroamento e penso que já reparados, parece-me também que a sinalização vertical está muito próxima das vias de circulação. Não sou entendido, mas as distancias parecem muito próximas a berma dando a sensação de afunilamento, já para não referir que os sinais se encontram desprotegidos pelos rails onde estes existem.

Também algumas curvas, sobretudo após Vilar de Perdizes, apresentam tendência a que areias e terras venham para a via de circulação, pois o asfalto não vai até à valeta e enquanto não cria erva isto acontecerá. Era importante talvez, de quando em vez, mandar uma cisterna lavar esses pontos críticos para não causar perigo aos automobilistas.

Ainda a este respeito, a questão da ponte. Finalmente apareceram os militares e as notícias falam num protocolo de mais de cem mil euros. Ora isto pode ser 200, 300 ou 500 para uma estrada que se fala em terra batida em pleno século XXI. Devia haver um mapa de trabalhos e um orçamento mais rigoroso e espero que ela venha a ser asfaltada. Mas o que me leva a falar no assunto é que se tal solução foi possível hoje, porquê não foi possível no passado? Ou seja, qual a necessidade de se ficar num futuro próximo com dois acessos a Chaves. O acesso a Meixide bastava ser beneficiado com asfalto pelo traçado original, e com a poupança já teríamos dinheiro para asfaltar este acesso pela ponte. Há aqui uma gestão deste processo que não se compreende.

Para terminar esta minha intervenção neste período antes da ordem do dia, tenho de trazer à liça a questão que mais preocupa os munícipes, a questão do lítio.

Este foi um processo complexo e desinformado por quem de direito. Após várias interpelações feitas ao Sr. Presidente sempre tivemos o nada como resposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Que informações têm as pessoas para estarem do lado do sim, ou do não? Quanto ao possível benefício, nada sabemos e nada nos é dito por quem sabe. Tudo é negociado nas nossas costas. Já o mundo online permite-nos hoje ver e consultar situações semelhantes e perceber os potenciais malefícios. Há, portanto, mais razões para nos preocuparmos do que para o inverso. Quem pode hoje em sã consciência apoiar o sim sem temores?

O PSD após a eleição da sua comissão política, tomou uma posição pública e clara sobre esta matéria. Dado este cenário, a posição possível tomar é estar do lado do povo. Por isso se o povo está contra o lítio o PSD está contra o lítio.

Em boa hora o fez, pois, uns dias volvidos o Sr. Presidente foi a Morgade afirmar que estaria do lado do povo. Pois bem, as suas ações não condizem com essa anunciada postura. Sr. Presidente, nós e o povo queremos ação nesta matéria. Não, não é o tempo da ciência, é o tempo de agir, pois é errado esperar pelo estudo de impacto ambiental, que vai ser pago pela empresa.

Mas há mais Sr. Presidente. Trago comigo o mapa do minério atualizado, onde se vê a progressão da exploração mineira em Portugal. O concelho está a ser tomado de assalto e devemos todos estar em estado de alerta. Sinto que se está a centrar tudo em Morgade mas isto é um assunto que devia preocupar a população de todo o concelho, a começar pelos presidentes de junta e várias comissões de baldios.

Senão vejamos:

Freguesia de Morgade - Concessão CEPEDA contrato para concessão de exploração por parte da Lusorecursos, Lda; Freguesia de Serraquinhos - Temos também um bloco da concessão CEPEDA, com contrato para concessão de exploração por parte da Lusorecursos, Lda; Temos a concessão da Carvalha Moura com requerimento de prospeção e pesquisa da Areias e Britas da Barca, S.A; CERVOS - Concessão Alto das Forçadas, contrato para concessão de exploração da ROCÁVIA - Rochas de Viana, Lda; Vilar de Perdizes e Santo André- Concessão Chaves, com Superfície: 543.71 km² que chega até esta zona, com Requerimento de prospeção e pesquisa da Medgoldminas Unipessoal, Lda. para ouro, outros metais associados; Meixedo - Concessão do Vale das Corças - chega a zona industrial de Montalegre; Requerimento de prospeção e pesquisa, da Areias e Britas da Barca, Lda. Minerais: quartzo, feldspato; Negrões e Chã - Concessão Malhão, Bloco A, Requerimento de prospeção e pesquisa da Lusidakota Minerals, Lda. Minerais: lítio,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

tungsténio/volfrâmio, estanho, nióbio, tântalo. Concessão Malhão 2, requerimento de prospeção e pesquisa da Ambieco Energia, Lda., também pertecente a socio da Lusorecursos

Minerais: lítio, tungsténio/volfrâmio, estanho, nióbio, tântalo. E vejam isto, Vila da Ponte, Viade, Reigoso, Paradela, Venda Nova, Ferral, Covelo do Gerês - Concessão Reigoso, com uma área de 120.58 km² que chega aos limites do parque em Cabril. Requerimento de prospeção e pesquisa da Slipstream Resources Pty Ltd para exploração de quartzo, feldspato, lítio, outros minerais

Ainda nesta zona temos a concessão VAQUEIRO, com Requerimento de prospeção e pesquisa da Lusidakota Minerals, Lda. Também para lítio, tungsténio/volfrâmio; Salto - Concessão da Boralha com requerimento de contrato para concessão de exploração da Minerália - Minas, Geotecnia e Construções, Lda. Para exploração de tungsténio/volfrâmio, estanho, molibdénio. Se isto não é razão para alarme não sei o que será? Nós temos a zona sul e zona este do concelho toda em prospeção e pesquisa.

Sr. Presidente, você está em condições de garantir que não fazem o mesmo que em Morgade nestas zonas? Ou seja, você não sabe de nada e de repente quando for a Lisboa já lhe apresentam mais uns contratos assinados com estas empresas.

Está em condições de garantir que não iremos ter mais do que uma mina a céu aberto no concelho? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado José Fernando Moura disse que vão haver duas sextas 13 este ano e que a dimensão destes eventos exige que se repense uma estratégia de marketing, investir nisso para que não se torne uma festa repetitiva. Convém ainda arranjar uma forma de escoamento do trânsito pois a EN103 tem sempre muito trânsito e as pessoas desconhecem alternativas.

O deputado João Carlos Rodrigues entregou o seguinte documento à Mesa: “Hoje trago aqui dois assuntos obrigatórios para esta assembleia.

Primeiro, claro, uma leitura do resultado eleitoral das últimas eleições para o parlamento europeu no nosso concelho.

E, em primeiro lugar, dizer que já sabíamos que o apoio que alguns dirigentes locais manifestaram de forma entusiasta ao Dr. Rui Rio, era simplesmente para se



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

mostrarem. Era vaidade, é que só são entusiastas quando lhes convém, porque quando o líder precisou desse entusiasmo viu-se o que valiam.

Mas o seu aliado local também mostrou o seu valor, andava escondido, a degenerar nas raízes do PSD, e contaminou-o até.

O bloco de esquerda, que nem se manifestou, que não tem assento nesta assembleia, conseguiu 185 votos em todo o concelho, já o aliado do PSD teve metade desses votos, 96 mais precisamente.

A vitória do PS foi para as Europeias, claro. Mas foi uma grande vitória. Ganhou na esmagadora maioria das freguesias e deixou a oposição a quase 600 votos de diferença.

Podemos dizer, em suma, que o PS consolidou votação e o PSD e o seu aliado local afundam.

Os barrosões, como de costume, confiaram nos valores do partido socialista e no seu compromisso pelo reforço do estado social europeu, por uma agenda para o crescimento e o emprego e pela inovação e sustentabilidade, para mais igualdade, para uma sociedade mais justa, solidária e equitativa, para uma economia mais competitiva e geradora de mais e melhores empregos e para uma sociedade mais desenvolvida e ambientalmente sustentável, numa europa que queremos humanista e de mais coesão.

O PS cumpriu no governo e estou certo de que irá cumprir na Europa.

E cá estaremos nós para fazer o nosso trabalho nas legislativas de outubro e na mesma senda pelas autárquicas que se seguirão.

Outro assunto obrigatório tem a ver com o castelo.

Depois da abertura ao público do castelo, após obras de requalificação, deve ser aqui realçada a qualidade da intervenção, por um lado, e o péssimo papel desempenhado pelos críticos do seu projeto, por outro.

E começaria pelo desempenho desastroso, e triste até, dos críticos do projeto.

No lançamento da obra houve um leque de iluminados que se lembrou de atacar o projeto, alguns sem saber o que lá estava, não por vir tarde, não por uma questão de gosto, mas sim por uma questão de ignorância e de atrevimento a porem em causa a valia técnica do projeto e a sua qualidade e até a competência do seu autor.

Podemos gostar ou não gostar de uma obra de arquitetura, mas, quando é assinada por um projetista conceituado e qualificado, é uma arrogância se se questiona a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

técnica, o conceito e as regras de intervenção. É atrevimento e ignorância, mas acima de tudo da maior irresponsabilidade e desrespeito para com a terra e as suas gentes. Mais ainda quando há uma rede tão apertada como nesta área do património histórico nacional.

Mas desde logo se sabia que as regras de discussão não eram técnicas, mas sim políticas, ou mais um sintoma da síndrome da PBA.

E é mais criticável, quando uma campanha política ignóbil mostra a nulidade dos seus atores. Fazer agitação, como neste caso, se vale, é por pouco tempo. E o resultado político é o que sabemos.

Foi, pois, tudo uma campanha política de uma questão técnica, de quem não se preocupa em denegrir a terra para atingir pessoas e instituições.

E qual foi o resultado???

Bem, Mais uma vez, falsos enredos foram desmentidos pela verdade. Os autores, compulsivos intrigistas, pseudopolíticos, viveram a ilusão e a “felicidade” das redes sociais e eis que chega a realidade... e ninguém lhes dá razão!

E temos hoje o desmentido de todos os exageros, de todas as atrocidades golfadas contra o castelo, contra a Câmara, contra a nossa terra.

Gozamos hoje ali de uma honrosa sala de visitas, de uma obra de qualidade, que valoriza o património, que prestigia a terra, que qualifica o território, que promove o turismo e que enriquece a história e a cultura.

E a história é para quem faz e não para quem, constantemente, faz emergir o que de pior há na política ou para quem se vê sucessivamente submerso na síndrome da “política do bota abaixo”.

Resumindo, é difícil ver uma execução com esta qualidade e em tão pouco tempo.

Parabéns, por isso, ao projetista, ao empreiteiro e à Câmara Municipal. Assinado, o deputado municipal João Carlos Rodrigues.”

O deputado Marco Sousa entregou o seguinte documento à Mesa: “Recentemente assistimos ao Dia do Município e ao Dia de Portugal, de Camões e das Comunidades Portuguesas celebrado oficialmente na cidade de Portalegre.

Com o discurso de João Miguel Tavares ficamos a saber que tanto “lá” como “cá” a tónica dominante foi o “nós” e os “eles”, os que “obedecem” e os que “mandam”, os que “engordam” e os que “emagrecem”, os que pouco trabalham ou nada estudaram



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

e muito tem contra os que muito trabalham ou estudaram e pouco têm, ao fim ao cabo os “iluminados” e os sem luz.

Vivemos momentos de incerteza e angústia.

No que nos toca, em Montalegre, “O lítio” surge por um lado como a “salvação” para alguns, como a “desgraça” para outros.

Na minha opinião desde cedo que a questão do “lítio” começou mal. Ao longo do tempo vimos: o litígio entre a empresa Dakota Minerals e a Lusorecursos Portugal; De seguida ficamos a saber através da comunicação social que um dos sócios gerentes é acusado de dois crimes de fraude na obtenção de subsídio, um crime de branqueamento e um crime de uso de documento falso; Que o executivo municipal apoiou através de um ajuste direto no valor de 50 000 euros a ECOHOLDING - SGPS, LDA (NIF 509271065), detida também pelo mesmo sócio gerente; Por último, ficamos a saber também que a empresa Ambieco Energia, Lda., requereu junto da Direção-Geral de Energia e Geologia a atribuição de direitos de prospeção e pesquisa de depósitos minerais de lítio, volfrâmio, estanho, nióbio e tântalo, numa área denominada "Malhão 2", localizado nos concelhos de Montalegre e Boticas abrangendo por cá as freguesias de Morgade, Cervos, Sarraquinhos, Chã e Negrões.

Na minha opinião, a “questão do lítio”, assim como os seus contornos, não surgem como “salvação” ao despovoamento ou à dinamização da economia, mas sim como uma desgraça ainda maior.

Como diz o nosso povo “Pau que nasce torto jamais se endireita”.

Montalegre e o interior do país precisam autenticamente de uma nova abordagem tendo em vista o seu desenvolvimento económico.

O interior não pode ser um depósito do litoral.

Passando das palavras aos atos, apresento a seguinte proposta: Proposta feita pelo Deputado Municipal pelo Partido Social Democrata (PSD) Marco Sousa: Ação Popular contra o Estado Português na atribuição do contrato exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre.

Considerando que:

1)A ação popular traduz-se num meio processual declarativo, o qual permite a tutela jurisdicional de interesses difusos, com dignidade constitucional, de uma comunidade ou coletividade, sendo portanto, meta-individuais tais interesses ou bens jurídicos. art.º 1.o/2 da LAP).



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

2) Neste sentido, a ação popular é um direito fundamental constitucionalmente consagrado, correspondendo a uma garantia contenciosa dos particulares administrados, face à proteção de bens jurídicos indeterminados, como o ambiente, o ordenamento do território, a saúde, ou a qualidade de vida, entre outros.

3) A Legitimidade Processual Ativa é conferida a qualquer cidadão no gozo dos seus direitos civis e políticos, às associações e fundações defensoras dos interesses acima referidos, independentemente de terem ou não interesse direto na demanda (art.º 2.o/1 da LAP), às autarquias locais em relação aos interesses de que sejam titulares residentes na área da respetiva circunscrição (art.º 2.o/2 da LAP) e ao Ministério Público (art.º 16.o da LAP: representa o Estado, os ausentes, os menores e demais incapazes e outras pessoas coletivas pública, quando seja autorizado por lei).

4) Mais de 26,25% da superfície do concelho de Montalegre é parte integrante do único Parque Nacional em território Português - Parque Nacional da Peneda-Gerês que é somente uma área protegida de Portugal, com autonomia administrativa, financeira e capacidade jurídica, criada no ano de 1971, no meio ambiente da Peneda-Gerês, pelo Decreto-Lei n.º 9/70 de 19 de junho.

5) Recentemente a Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) reconheceu a região do Barroso como património agrícola mundial. Na base da distinção estão as tradições que o povo do Barroso mantém na relação com o ambiente em atividades como a agricultura, a silvicultura e a pastagem. A FAO destacou, ainda, o facto de a região manter áreas ambientais muito significativas e relativamente intactas.

Nestes termos, tenho a honra de propor que a Assembleia Municipal de Montalegre delibere, ao abrigo do disposto no artigo 25.o, nº 2, alíneas j) e k) do Anexo I da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, recomendar à Câmara Municipal de Montalegre:

1 – Anular todo e qualquer contrato exploração de depósitos minerais de lítio e minerais associados no concelho de Montalegre. Assinado, o deputado municipal Marco Sousa”.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo. Senhor Presidente da Assembleia municipal, Exmo. Senhor Presidente da Câmara Municipal, Exmos. Senhores Vereadores, Exmos. Senhores deputados, meus senhores e minhas senhoras



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Na última assembleia municipal, foi-nos disponibilizado pelo presidente desta assembleia um documento cujo o teor reportava uma situação grave, na escola básica e secundária do Baixo Barroso, com uma professora da disciplina de matemática dos 7º, 10º e 11º anos, devido a faltas e baixas médicas sucessivas, prejudicando os alunos numa disciplina relevante. A preocupação dos encarregados de educação levou-os a enviar o dito documento a várias entidades, das quais a câmara municipal e assembleia municipal para conhecimento dos responsáveis máximos do concelho. Os encarregados de educação não obtiveram nenhuma resposta deste órgão. Talvez não tenho lido o documento e entendido a gravidade da situação, pois vários encarregados de educação dos alunos que frequentam a Escola do Baixo Barroso ponderam colocar os seus filhos a estudar no concelho vizinho.

Afinal o que pretendem? Fechar a escola do Baixo Barroso? Primeiro com a criação do agrupamento, com a direção a 40 km da escola, temos a degradação das instalações que é evidente e do conhecimento da autarquia, apesar de algumas intervenções sempre mal executadas, tal como o telhado do ginásio, entre outros problemas que não motivam os alunos e não incentivam os encarregados de educação a manter os seus filhos no concelho.

E ainda temos um conselho municipal de educação, obrigatório por lei, que não funciona há quase dois anos. Qual o motivo do conselho municipal de educação não estar a funcionar? O que falta a este órgão para cumprir a lei?

Outro assunto que aqui me traz, é o facto do provedor da Santa Casa da Misericórdia de Montalegre apregoar uma creche para apoiar as famílias dos escassos supostos futuros trabalhadores das explorações mineiras, que poderão surgir neste concelho. Eu tenho vindo a alertar para a falta de uma creche no Baixo Barroso, onde não existe esse serviço básico e essencial aos jovens casais que insistem em viver e constituir família naquele território, por falta de crianças não é, pois já aqui trouxe a esta assembleia números que justificam esse investimento por parte da autarquia ou até da Santa Casa da Misericórdia. Tenho conhecimento que a creche existente em Montalegre está lotada e sem vagas. Só podemos concluir com isto que os filhos da terra, que insistem em viver no interior, valem muito pouco e quem vem de fora com intenção de esventrar as nossas serras e poluir um território que é património agrícola mundial é recebido com um tapete vermelho e lhe é prometido aquilo que tem sido



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

negado a quem resiste e teima em continuar a viver na terra dos seus pais e avós. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

O deputado António Ferreira perguntou o que se passa na Rotunda do Soldado que tem um buraco no chão com um gradeamento já há algum tempo e não dignifica a terra.

Falou sobre os resultados das eleições europeias e disse que foi mais uma abada que o PSD levou pois é preciso ir junto do povo e dizer-lhe a que é que nos propomos.

Disse que não foi ao castelo durante a obra e só foi lá na reabertura. Parabenizou a autarquia e o empreiteiro pois é uma excelente obra. Montalegre vai ter mais visitantes.

Falou ainda da Rua da Costa e disse que está uma obra fora de série, até parece uma avenida, vale a pena saber investir o dinheiro.

Disse que enquanto não puserem o Santo Ovídio no sítio dele, a barragem não avança e quanto à escola secundária, enquanto não pagarem a indemnização justa, ela parece estar amaldiçoada. Sobre a Escola da Venda Nova, disse que toda a gente sabe os problemas que houve para que ela fosse construída naquele sítio e como não foi construída no sítio devido, nunca mais sai da cepa torta.

Perguntou se os produtores deixaram de produzir batata de semente ou foi só a cooperativa.

O deputado Manuel Rebelo falou sobre a mudança do busto do Padre para a Rotunda dos Bois para dar lugar a uma imagem da Nossa Senhora de Fátima. Não esteve bem.

O deputado Ricardo Moura disse que não sabe o que o deputado Duarte Gonçalves tem contra os de Meixide pois eles pertencem a Montalegre e também merecem uma boa estrada. As obras só se podem falar delas quando estão concluídas.

Disse que os militares de Espinho já estiveram cá há muito tempo. A estrada de Pedrário para Meixide e os estradões de Vilar de Perdizes foram os militares que os abriram. Montalegre tem que fazer a estrada até à ponte. Da ponte para lá quem tem que fazer é a Câmara de Chaves.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Relembrou que ainda as obras do castelo ainda não tinham começado, já o PSD estava a criticar. O poço do castelo é uma mina digna de ser vista. Com calma tudo se faz.

Falou sobre as eleições europeias que deixam que pensar pois não foi preciso ir buscar gente ao aeroporto. O PS ganha em freguesias que tem o PSD a liderar e não se percebe. Tudo isto se deve ao António Costa e alguns do PSD vão votar nele.

A deputada Iva Rebelo falou do rio Cávado e da sua margem pois é um local de eleição para os munícipes darem as suas caminhadas diárias e a sala de visitas dos nossos turistas, mas apenas se veem ervas. O saneamento continua lá, mas já nem fala nele pois já sabe que a resposta é que não há solução para ele. Os maus cheiros continuam e as margens estão infestadas de vegetação e lixo. Considera que se devia pensar melhor em tudo isto para se oferecer uma paisagem melhor a quem nos visita e aos resistentes que insistem em continuar a morar em Montalegre. A limpeza é fácil de se fazer e deviam envolver-se as associações locais nesta atividade, juntar a população em prol do bem comum.

Falou do castelo e disse que os parabéns se devem dar no final da obra e pelo que sabe, a obra ainda não foi inaugurada. Tudo o que foi melhorado foi porque houve alarido da população e houve melhoramentos.

Disse que a Câmara se comprometeu a pagar a técnicos especializados para defender o povo no dia da discussão do estudo de impacto ambiental na questão do lítio. Foi dito uma vez perante duzentas pessoas e que deveria ficar em ata para que todos os munícipes tenham acesso.

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Muito bom dia a todos. Sr. Presidente da Mesa da Assembleia e restantes membros da Mesa, Sr. Presidente da Câmara, Sr. (s) Vereadores e Sr. (s) Deputados.

Começo por felicitar o Sr. Presidente da Câmara pela abertura ao público do Castelo de Montalegre. Foi feliz a escolha do dia 9 de junho, feriado municipal, para o abrir de portas.

Aos intervenientes diretos nos trabalhos, empreiteiro, arquiteto e técnico do Município, os meus parabéns pela obra apresentada.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

A população agradece que o seu maior trunfo turístico, ao fim de mais de 20 anos de portas fechadas, e deixado ao abandono pelo Estado Central, possa estar finalmente ao serviço da comunidade.

Que o Castelo possa ser um fator de desenvolvimento para a nossa terra.

Permitam-me um breve comentário sobre as eleições para o Parlamento europeu, realizadas no passado dia 26 de maio.

Os portugueses votaram nestas europeias de forma inequívoca no PS, transmitindo assim um voto de confiança nas políticas do Governo, que tão bons resultados têm trazido ao país e aos portugueses.

Não é muito normal que o partido que se encontre a governar consiga vencer eleições europeias, normalmente são aproveitadas para exercer o chamado “voto de protesto”. Estes resultados também são um reconhecimento pessoal de António Costa, que demonstra a cada dificuldade que surge no caminho e o modo como os vem superando, veja-se o caso dos professores, que foi e será a melhor escolha para Primeiro Ministros de Portugal.

António Costa é sem dúvida o obreiro desta grande vitória do PS, que fez mergulhar toda a direita em mais uma crise política profunda.

Crise política que continua o PSD local, 28 anos na oposição e mesmo assim, perde mais uma eleição. Nem nas europeias o PSD de Montalegre consegue convencer os Barrosões.

Desta vez não sei qual vai ser a desculpa, mas vamos aguardar pelos próximos programas de um qualquer canal televisivo para ficarmos a saber.

Por fim não podia terminar sem falar sobre a exploração do lítio nas terras de Barroso.

Na última assembleia do mês de abril, como ainda não tinha uma opinião formada, aquando da minha intervenção no período antes da ordem do dia, deixei algumas linhas vermelhas que, no meu entender, esta atividade teria de respeitar para poder avançar no nosso território.

Assim, teria de respeitar o meio ambiente, as nossas paisagens, não afetar a qualidade do ar nem da água, que a exploração não fosse a céu aberto, mas acima de tudo que fosse um projeto aceite pelas populações, principalmente, para já, as de Morgade, Rebordelo, Carvalhais e Barracão.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Ora, depois de se terem realizado três sessões de esclarecimentos, ficou-se a conhecer melhor o projeto que a empresa pretende desenvolver no nosso Concelho e a forma como este vai ser implantado.

Perante as respostas que a empresa foi dando às questões levantadas pelos presentes nas referidas sessões de esclarecimentos, e sobre tudo, pela posição que as populações mais diretamente afetadas tomaram, posso, neste momento, concluir que essas linhas vermelhas não vão ser respeitadas.

Por isso, assumo, com convicção, que sou contra a exploração mineira a céu aberto no nosso concelho, seja ele de lítio ou de outro mineral qualquer.

A reserva de lítio encontrada nas terras de Barroso é de 30 milhões de toneladas com uma percentagem de lítio no subsolo de 1%. Com esta percentagem, facilmente se conclui que teremos de extrair 100 vezes mais de solo e subsolo para obter os 30 milhões de toneladas de lítio, ou seja, 3 mil milhões de toneladas de terra e rochas.

Confesso que não consigo imaginar como será o tamanho do buraco.

Não existem técnicas que consigam mitigar os impactes irreversíveis de tamanha movimentação de terras e rochas, ainda por cima numa encosta.

Uma cratera desta dimensão vai afetar irreversivelmente as nossas terras e o modo de vida das pessoas que vivem nestas quatro aldeias.

É sabido que o lítio movimenta muito dinheiro, mas o que vamos perder vale muito mais.

Não digam aos Barrosões que para salvar o planeta temos de destruir o nosso Concelho. Isso não. Já demos o suficiente para o bem nacional.

Termino, novamente, como uma referência ao meu saudoso tio, o escritor Bento da Cruz, um defensor acérrimo de Barroso,

“Herdamos o último paraíso à face da Terra”

Saibamos honrar esse paraíso, saibamos preservá-lo.

Por isso, digo não à mina a céu aberto no Barroso.

Viva Barroso. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”

A deputada Ana Isabel Dias entregou o seguinte documento à Mesa: “Exmo sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Caros colegas desta Assembleia: Neste ponto da ordem de trabalhos quero parabenizar e agradecer à organização da feira do Livro de Montalegre pelo excelente



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

trabalho que realizou. Agradeço especialmente à Dra. Gorete Afonso que se dedica de forma exemplar a esta iniciativa e nos deixa muito orgulhosos pelo alcance do trabalho que consegue. De facto, sem boas lideranças é mais difícil conseguir desenvolver um bom trabalho. Neste ponto, congratulo-me também pela participação e integração do nosso município na “Comunidade de leitores da Rede Casas do Conhecimento”, trata-se de um projeto que pretende levar ao conhecimento a leitura de autores, sobretudo transmontanos, e nós, Montalegre, nesse campo temos bons exemplos.

Neste campo da Cultura e desenvolvimento, gostaria também de relembrar os esquecidos sobre o que aqui se disse sobre o CIM, ou, como conhecemos, a pista automóvel. Tanto profeta da desgraça, tanto mal dizer. Agora temos garantida uma prova mundial a decorrer no mês de agosto e quero ver, os que dizem que o investimento no CIM é um mau investimento, o que irão dizer isso a todos quanto nos virão visitar. E, ainda relacionado com o CIM, pelo que já ouvi, parece que o Mundial de Rally voltará a Montalegre...fico feliz e creio que devemos acarinhar quem quer voltar. Um erro qualquer um pode cometer e a FIA cometeu um erro, mas se reconhece e quer voltar, estamos cá para levar o nome de Montalegre, de novo, ao mais alto nível.

Aproveito, por fim, para me dirigir ao meu colega, Dr. Marco Sousa, quanto à proposta que aqui nos apresentou e dizer-lhe que num Estado democrático há hierarquias e competências e não me parece que a Câmara tenha responsabilidade ou competência para propor o que aqui traz. Muito obrigada. Assinado, a deputada municipal Ana Isabel Alves Dias.”

O Senhor Presidente da Câmara iniciou a sua intervenção, em resposta aos interpelantes, referindo que não o surpreende que a oposição, depois de tanto haver deitado a baixo a intervenção no castelo venha agora dizer que a intervenção se concluiu com sucesso e reconhecido mérito, venha colar-se à obra e reclamar para si e para a rede social facebook o mérito do resultado final pois ninguém teve mais mérito nenhum. Não teve a Câmara, não teve o arquiteto, não teve o empreiteiro. Haja paciência para tanta insensatez e atrevimento. Esta é uma obra de deixar envergonhados quem nunca nela viu um desígnio, uma oportunidade para o desenvolvimento económico da vila e do concelho de Montalegre. Era bom que as escolas comesçassem a introduzir no seu plano pedagógico a visita dos seus alunos ao



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

castelo. E também era muito bom que os agentes económicos da vila de Montalegre percebessem que está aqui uma oportunidade. Entende que não é simpático ter uma porta aberta e haver dias seguidos com pouca frequência. Mas, assim como as farmácias, os restaurantes podem criar um modelo alternado de funcionamento e dessa forma prestarem melhor serviço à economia local, especialmente à noite.

Sobre o castelo, disse ainda que todo o folclore que foi feito à volta dele só serviu para denegrir a imagem do concelho por falta de ideias de alguns o haverem transformado em arma de combatividade política. Aquela obra só se fez porque o Partido Socialista a sonhou, a ela meteu mãos e desafiou o dono do castelo, o Estado, a avançar com ela por diante porquanto a Câmara assumiria a componente nacional. 500 mil euros do orçamento municipal é muito dinheiro para uma obra que é do Estado, mas valeu a pena e estamos muito honrados por oferecer a Montalegre e aos muitos turistas que nos visitam o franqueamento das suas portas. O Senhor Diretor Regional da Cultura percebeu os lamentos da Câmara de Montalegre e foi extraordinariamente colaborante. A ele se deve o esforço de preparar a candidatura sendo que a posição da Câmara em assumir os custos da obra foi a pedra de toque para que tudo acontecesse. Chegados aqui confirma-se que na política há os que fazem e os que vêm fazer. Nós seremos sempre fazedores.

Sobre as falhas protocolares apontadas pelo deputado Duarte Gonçalves disse que as admite, mas desse dia só podemos reter que foi um lindo dia e vê que o sr. deputado prefere dar valor ao que não presta.

Sobre a batata de semente, disse que há produtores que continuam a produzir. Apenas no ano de 2019, não lhes foi fornecida batata porque a cooperativa não fez atempadamente a reserva da semente que tem que ser feita com um ano de antecedência. O Presidente da Câmara não manda na cooperativa. Esta tem os seus corpos dirigentes e irá a eleições muito brevemente. Depois de tomarem posse os novos membros este pormenor não será mais descurado.

Sobre a EN508, disse que se os defeitos a apontar se restringem a ter areia ou ervas na berma, não virá daí mal algum. A intervenção do exército na estrada para Chaves foi bem pensada e devidamente cabimentada no valor de 150 mil euros. Acrescentou ainda que o que fizeram com a estrada para Cabeceiras de Basto era o que seria feito para a estrada de Chaves, só que o Presidente da Câmara da altura, do PSD é bom lembrar, não aceitou a proposta.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Disse que o figurino da Sexta 13 já há muito tempo deveria ser repensado, mas não é pelas dificuldades que as pessoas possam ter para chegar aqui. As acessibilidades são complicadas, mas o que o preocupa mais é a segurança das pessoas nas imediações do castelo.

Sobre as eleições europeias, afirmou que o povo foi convidado a participar, mas não deu à Europa a retribuição devida. Estas eleições mostraram que o PSD de Montalegre, agora renovado e revitalizado, não apareceu. Só vai aparecer quando for do interesse próprio de meia dúzia.

O Conselho Municipal de Educação não funciona porque a escola não cumpriu com o seu dever. Há professores que integram aquele Conselho que são eleitos pela própria escola, é uma das suas competências e lamenta que a Escola não queira assumi-las. Por sua vez, a Escola diz que essa é uma competência da Câmara. Por este motivo, o Conselho Municipal de Educação estará sempre em stand by porque a Câmara não irá nunca dar ordens à casa dos outros.

Sobre a necessidade da creche no Baixo Barroso, referiu que o executivo está a trabalhar nesse assunto já há algum tempo, assim como está a trabalhar num quartel da GNR para o Baixo Barroso, só que as portas teimam em não se abrir.

Sobre a Rotunda do Soldado, afirmou que há ali um problema grave. Há lá abatimentos de terras resultantes de túneis não identificados que fazem com que o pavimento abata.

Sobre a mudança do busto da Pipela, lembrou à oposição a célebre tirada de Passos Coelho quando falou “de assuntos que não são assuntos” para caracterizar assuntos menores. O que se passou não são mais que manifestações de fé comas quais a Câmara nada tem a ver.

Sobre a vegetação do rio Cávado, salientou que a vegetação aquática é o local de refúgio e preservação das espécies. Só se preocupa com isto quem não tem mais nada que fazer e não tem mais nada em que se focar. E não é preciso ser especialista em ambiente para isto perceber. Acabou o tema do Castelo, o lítio já está mais ou menos explorado, agora é preciso inventar outro assunto para entretenimento dos que na política não vêem senão espaço para dizer mal. As ervas dos passeios são bom sinal. É sinal que a Câmara Municipal de Montalegre não usa pesticidas ou outros químicos para compensar a falta de quem os calcorreie.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Não concorda com o deputado Rui Cruz quando este diz que vamos perder mais com o lítio do que vamos ganhar pois ainda ninguém sabe o que se vai perder, nem o que se vai ganhar. Sabe é que, à exceção dos 50 km aquém da linha da raia que vão de Viana do Castelo até Faro, tudo está em morte social e se a intervenção se fizer no respeito pelo património ambiental e paisagístico talvez os malefícios não sejam os que os pregoeiros do costume e os bem instalados na vida estão a anunciar em jeito de intoxicação e aproveitamento político. Para já impera o alarmismo e a absoluta falta de informação. Fundamentar a consolidação de posições com base em documentos retirados da internet não é sensato e não é a posição que se impõe e há que ser positivamente interventor. Se a intervenção que se perspectiva representa a devassa que os iluminados do facebook propalam aos quatros ventos e alguns iluminados dizem conhecer merecerá repúdio total e absoluto da Câmara e até da Assembleia Municipal, não tem a menor dúvida.

Falou do tempo em que havia de tomar-se posição acerca do investimento que a Iberdrola perspectivava para o Tâmega. Muitas reuniões foram feitas no Ministério do Ambiente com as câmaras do Alto Tâmega e numa delas foi dito pela Ministra das Finanças que um País que está em recessão económica não se pode dar ao luxo de desprezar um investimento que uma empresa quer fazer de mil e setecentos milhões de euros. Foi com este espírito que as câmaras colaboraram, descendo a bitola das contrapartidas. Quando se mexe no ventre da terra há sempre alterações. E quando Bento da Cruz diz que Barroso é um paraíso todos nós nos revemos nas suas palavras. todos nós gostamos da nossa terra. Repudia-se sem se conhecer o projeto, a exploração do lítio. Os que dessa forma se posicionam não mais podem fazer do despovoamento uma arma de arremesso contra a Câmara. Não há Estudo de Impacto Ambiental e enquanto isso não sair a posição da Câmara é a que sempre foi: estamos com os projetos que trazem desenvolvimento, que trazem criação de postos de trabalho, que trazem fixação de pessoas, que trazem desenvolvimento económico, desde que tudo isto seja compaginável com a defesa dos valores patrimoniais e ambientais que são timbre nosso, que queremos preservar e pelas quais lutaremos ao lado de quem se lhe opõe. Há pessoas que se acorrentam ao “não ao lítio” só porque dali podem advir meia dúzia de votos, mas nessa deriva alinhou porque foram eleitos para perspectivar e pensar o futuro do concelho e não para reagir a impulsos. Afirmou que estão no exercício da responsabilidade que lhes cabe e à espera de informação



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

suficiente para uma tomada de posição. O PS não é igual ao PSD, disse. No início de março deste ano, o PSD pressionou o executivo para saber informações acerca do lítio, era quando tinham medo de ficar fora da fotografia e não colher os dividendos políticos. O Presidente da Câmara, como não tinha informações, como ainda hoje não tem disse muito claramente nada poder dizer. À segunda ou terceira tentativas, e reagindo às notícias veiculadas pela comunicação social, vinham com uma nota de protesto contra a falta de informação acerca do lítio. Foi nessa altura que o assunto começou a ser politizado e o PSD montou banca em Morgade. Quinze dias depois, em reunião de Câmara, o PSD diz que é favor do lítio, mas a sua posição final dependerá da avaliação de impacto ambiental e dos empregos a criar. Em que difere afinal a posição do PSD da posição da Câmara? Note-se que não falam da preservação do património, nem do ambiente, nem da paisagem, nem na defesa do interesse das populações, como disse sempre o PS. Apenas dizem e desdizem. Dizem que procuram informações para tomar posição dizem que saem para o terreno para esclarecer a população afetada e aguardar, e, muito bem, digo eu, o Estudo de Impacto Ambiental para tomarem posição que se impõe. Em que difere isto da posição do PS? Em nada se o que vem a seguir não fosse esclarecedor. De facto, vem a nova liderança do PSD e dia 14 maio faz sair um comunicado onde se diz taxativamente: “sempre tivemos mais dúvidas que certezas. Procuramos esclarecimentos e informações que ainda não chegaram por quem de direito por forma a tomar-se posição com base em dados concretos”. Aqui já têm dúvidas, mesmo sem EIA, que sempre o PSD disse aguardar, e em jeito de desnorte e absoluta incoerência vão dizendo que: “Não gostamos da forma como o processo foi tratado. Nós teríamos feito diferente, nomeadamente uma campanha de esclarecimento e informação da população afetada”. Afinal o que conhecem do projeto para poder sair à rua e informar? Isto não é nada. É brincar com coisas sérias. O PSD pode brincar e fazer o alarido com que envenena a opinião pública. O executivo municipal tem que agir com pragmatismo e ponderação. É o que fazemos e continuaremos a fazer. Essa é a grande diferença entre nós.

Disse que foi a Morgade quando o convidaram e ali disse à população o que está a dizer agora. Mexer na terra tem sempre impactos, como foi dito pelos professores universitários convidados pela Câmara para uma sessão de esclarecimento que decorreu no auditório municipal. Ficou admirado com a intervenção de um jovem da



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

assistência que disse que se houvesse ouro ou diamantes a sua posição seria exatamente a mesma. Demonstra que somos o país rico que ninguém vê, que temos boas reformas, boas habitações e que não temos que nos preocupar com o futuro ao ponto de podermos nos dar ao luxo de desprezar os recursos que temos. Atrás destes impulsos, diz que não vai, pois, o temor e a paixão nunca foram bons conselheiros. Vê-se que o PSD não tem estratégia e falar em anular contratos em que intervêm o Estado é delírio, é não saber até onde se pode ou deve ir.

Falou do seu discurso do dia 9 de junho, quando fez referência a projetos estruturantes para o País e também para a região. O projeto de prospeção dos recursos minerais em Portugal vem do tempo de um Sr. do PSD chamado Álvaro Santos Pereira, Ministro da Economia, que contratou inclusive com uma empresa canadiana a prospeção de volfrâmio na Borralha. No Baixo Barroso, onde uma empresa tem contrato de exploração temporária de volfrâmio, toda a gente rejubila com a hipótese da mina voltar a funcionar. Lamenta que haja pessoas que se queiram posicionar como pessoas que não têm a responsabilidade de pensar o território, que confundem a árvore com a floresta, confundem projetos que podem ser estruturantes e sobre os quais se aguarda esclarecimentos. Confundem o desígnio lítio com a condição dos administradores que dizem estar sob suspeição. O ajuste direto que a Câmara fez para a realização de um estudo importante e necessário ao quadro comunitário 20/30 é papão que o PSD agita sem perceber a importância do mesmo. Continuam a agarrar-se àquilo que não presta, para agitar, criar confusão e para fazer política de baixa cotação. Acrescentou que o PS foi a favor da pista automóvel e o PSD foi contra. Foram a favor das eólicas, o PSD foi contra. A Câmara não toma posição sobre o lítio, como sempre disse, de modo a poder fazê-lo e já o PSD, que dizia o mesmo, vai a reboque do populismo e dispensa ser informado para dizer não. O PS é a favor do plano de ordenamento da albufeira que contempla barcos, o PSD é contra. É a favor do festival de verão da Lama da Missa, o PSD é contra e não se pode esquecer que um dos maiores pensadores do PSD queria cobrar as entradas na sexta 13, o que constituiu disparate que dispensa quaisquer comentários. Terminou, dizendo, àqueles que agora aparecem disfarçados de ambientalistas, que o selo qualificativo que a FAO atribuiu ao território barrosão é um selo que resulta da relação civilizada que os nossos antepassados, os resistentes agricultores do Barrosão, povoadores do território, mantêm com a natureza e resulta da forma como amanhã a



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

terra, dos adubos e pesticidas que não aplicam, dos herbicidas em que são contidos, dos sistemas de água que, ao longo dos anos, souberam manter. Foi isto tudo que foi premiado. E é isto que se vai perder dentro de pouco tempo, quando não houver gente que leve o gado para o monte, quando não houver gente que amanche as terras, quando não houver gente que limpe o caminho ou o rego da rega. Aqueles que já tomaram posição acerca de um assunto tão sério como o lítio e que dispensam o elemento essencial de apreciação como é o Estudo de Impacto Ambiental, que dizem esperar mas já não esperam, não são dignos de estar na política que subvertem por meia dúzia de votos.

Mais disse, por último, não perceber que o PSD ainda não tenha entendido que, sendo o lítio um desígnio nacional, não será interrompido por tomadas de posições da Câmara, nem tem pouco pode ser referendado.

A proposta apresentada pelo deputado Marco Sousa foi posta em discussão, tendo-se inscrito para intervir os deputados Marco Sousa, Duarte Gonçalves, Fernando Rodrigues e Rui Cruz.

O deputado Marco Sousa disse que o Presidente da Câmara falou das atas do ano de 2019, mas esqueceu-se de falar das de 2017 onde o deputado Marco Sousa se manifestou contra o lítio. A proposta deve ser analisada e votada pois ninguém é dono da consciência de ninguém.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente da Assembleia, dado não ter permitido inscrições para segunda volta, permita que nesta discussão da proposta faça algumas considerações ao que foi dito anteriormente. Não me alongo, e como líder de bancada tenho 10 minutos no total, e ainda não terei usado esse tempo.

Quanto às eleições europeias, aqui tão badaladas por mais que um elemento do PS, trata-se da leitura de cada um, e eu até pergunto que vitórias poderemos ter de uma abstenção de 70%. Essa deve ser a nossa preocupação. De qualquer forma o PSD deu os cumprimentos ao PS pela vitória eleitoral, ainda assim poderemos ver que face a 2014 ambos os partidos perderam votos, mas a diferença de votos expressos foi menor. Nós, junto com CDS, esbatemos a diferença para o PS.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Quanto ao deputado Ricardo Moura, que veio aqui dizer que até ganhou na Chã, esqueceu-se, pela mesma ordem de ideias, de dizer que perdeu na Vila da Ponte.

Cada um faz a campanha que entende, e há várias formas de campanha. Vocês optaram pelo tradicional e foram às feiras onde andaram aos abraços uns aos outros, é o que se vê das fotografias.

Quanto ao Castelo, a obra não está acabada. Acredito, até pela conversa que tive com o empreiteiro, que não foi um processo fácil, e que muita coisa tem de ser feita em acordo com IGESPAR. Nós pagamos, mas eles mandam. Nem tudo pode ser feito como se quer, mas há coisas como a gaiola que não agradam, ou as escadas do piso 1 que tem uma rampa de acesso sem sentido, até perigosa para pessoas de mais idade, ou mesmo degraus com algum perigo, em chão preto que dificulta a visibilidade. São questões, algumas de estética. Acredito também que há ali um enorme potencial, que será tornar o fosso visitável, isso sim, era algo diferente num Castelo e que valerá a pena o bilhete para quem o visitar.

Quanto à proposta do colega Marco Sousa propriamente dita, faz todo o sentido pois o povo quer ação nesta matéria. Vemos as demais autarquias a pronunciarem-se contra o lítio, a fazerem oposição vincada ao lítio nas suas terras, a mais recente foi Vieira do Minho que expressou estar contra em reunião de câmara. Por cá assistimos ao inverso, a autarquia facilitou este processo e fragilizou a sua posição ao abrir as portas à empresa.

Trouxe comigo o contrato de concessão assinado pelo Estado e pela Lusorecursos. O único sitio onde se menciona o município de Montalegre é na cláusula terceira, relativa às garantias financeiras, onde no ponto 12 diz: "Com vista a acautelar o futuro do concelho onde se localiza a mina após o seu encerramento, a concessionária irá constituir, a partir do décimo ano da exploração, um fundo com uma dotação anual mínima de 0,5% do Resultado Líquido, devendo este fundo, no final da concessão, ser entregue à DGEG e ao município, que, em conjunto aplicarão na prossecução dos interesses do concelho."

É assim que preveem acautelar o nosso futuro? Ora como vemos é isto que reservaram para Montalegre: 0,5% do lucro da mina, mas só 10 anos após estar em funcionamento (sendo o contrato de 20) e se a exploração num determinado ano der prejuízo dá zero euros para o fundo. Por seu lado o estado reservou para si 10% do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Resultado líquido e 4% do valor à boca de mina do minério extraído. Quanto a garantias ambientais nada é mencionado.

É em troca disto que vamos permitir abrir um buraco em Morgade?

Temos, portanto, por todos os motivos já expressos e mais alguns, de estar à defesa nesta matéria e dizer claramente não ao lítio. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O deputado Fernando Rodrigues disse que o Senhor Presidente da Câmara respondeu eficazmente de forma a transmitir a posição ponderada da Câmara Municipal sobre um assunto tão sério.

Disse que vir à casa onde se faz política e dizer que não se preocupam com os resultados e com os votos é a mesma coisa que se diga que não andam cá a fazer nada. E efetivamente não andam a fazer nada, pois cada vez tem menos votos, mas também menos crédito.

Hoje a oposição entregou uma declaração de falência do Partido Social Democrata confirmado e vivido de ato eleitoral para ato eleitoral. Quando o PSD se mete nalguma coisa é para perder. O PSD infiltrou-se agora na questão do lítio e na associação para perder. Deixou um aviso à associação pois só lá tem gente para lhes estragar o ambiente, para lhes estragar as negociações, para lhes estragar a reputação.

Disse que na última assembleia municipal manifestou a sua posição em relação ao lítio e, depois da sessão de esclarecimento, mantém o que disse e nalgumas coisas ainda ficou mais convencido de que há muito alarme.

Disse que não se esquece do que algumas pessoas disseram sobre os aterros sanitários, que eram feitos contra as pessoas, mas agora vê-se que se fossem nesses pareceres não tínhamos obras feitas a favor do ambiente. As eólicas avançaram porque na altura houve coragem e uma decisão para investir nas energias renováveis e hoje somos elogiados no estrangeiro por aquilo que se fez. Montalegre e o Alto Tâmega estiveram à frente. Foram as mesmas pessoas que estiveram contra as eólicas que estão hoje contra o lítio. Quando se fez o estudo da barragem de Ribeira de Pena, apareceu uma contestação contra porque descobriram lá o mexilhão de águas doces e o mexilhão ia ser a prosperidade daquela região. Não se iria fazer a barragem por causa do mexilhão que estava abandonado e ninguém sabia que existia.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Isto não é defender o ambiente, não é defender a natureza, isto é atavismo primário contra o desenvolvimento.

Disse que Montalegre está em morte social, o interior está em emergência, em extinção da presença humana e Montalegre não tem noção que a agricultura, a natureza e os produtos endógenos não são suficientes, mas não se quer mudar quando nos oferecem alguma coisa diferente. Perguntou se não será exagerada a posição de alguns. Outros, tem o legítimo direito de defender os seus direitos e a Câmara deve estar ao seu lado, mas há radicais que exageram na sua tomada de posição pois não tentam compreender o que se passa na nossa terra e no mundo rural. Não valerá a pena fazer um esforço e até ceder um bocadinho naquilo que nós gostaríamos que fosse a nossa terra e o ambiente para termos 100 ou 200 empregos aqui na vila? Somos obrigados a pensar nesta hipótese, se compensa ou não os sacrifícios que vamos ter e as concessões que poderemos ter que fazer. Disse que a ideia de mina é depreciativa em termos ambientais, está associada a más condições de saúde e sociais, mas nas condições legais exigidas hoje em Portugal não é assim. Para além disso o que vai existir ali é uma pedreira de grande dimensão com regras bem definidas e garantias legais do Estado de reposição paisagística. Montalegre já tem várias pedreiras, pontuais, desordenadas e isso não impediu de se ganhar o prémio da FAO.

Frisou que o PSD faz as jogadas antecipadas. Fez a jogada do castelo e não lhe serviu de nada. Agora vem o lítio e as pessoas vão-se aperceber que o PSD era a favor se a Câmara fosse contra. Se a Câmara fosse a favor, eles eram contra. É por isso que o PSD não tem credibilidade e não chega a lado nenhum. É um floreado de radicalismo e oportunismos e intromissão na associação que é bem gerida por pessoas genuinamente interessadas e que merecem todo o apoio de forma a defenderem da melhor forma os seus interesses e se a exploração for para a frente, conseguirem a melhor indemnização possível. Defender as melhores contrapartidas locais para o desenvolvimento do concelho é a obrigação dos responsáveis.

A proposta apresentada pelo PSD é semelhante à que o Rui Rio apresentou aos professores. Foi atrás dos votos e foi escorraçado. Esta proposta não tem sentido, é demagógica e alarmista, deve ser rejeitada.

Disse que se deve esperar pelo Estudo de Impacto Ambiental e lá teremos as questões e as respostas para podermos tomar uma decisão séria.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O deputado Rui Cruz entregou o seguinte documento à Mesa: “Bom dia a todos novamente.

A propósito da proposta apresentada pelo deputado Marco Sousa queria dizer o seguinte, e como faço parte da Associação Montalegre Com Vida, e reiterando a posição assumida publicamente pela associação, a questão do lítio é apartidária, repito apartidária.

Não vale a pena tentarem meter a guerrilha partidária no meio desta discussão. Digo isto para quem defende o Sim e para quem defende o Não.

Esta será sempre a minha posição, clarinha como a água.

Partidarizar este assunto nesta fase não me parece benéfico, nem serve para impedir que o projeto avance, pelo contrário. É que, em vez de estarmos todos focados em demonstrar às pessoas quais os impactes que esta atividade vai causar nas nossas vidas, a destruição que vai provocar no nosso território, explicar o que iríamos perder se esta indústria se instalar no nosso concelho, e assim esclarecer a população, não passemos a discutir aquilo que não interessa, o que disse e desdisse o PSD, o que fez o PS, a pirueta que deu o PSD, o desvio que fez o PS, e por aí fora, entretanto o centro das atenções deixa de ser a mina a céu aberto e passam a ser os partidos políticos.

Não entendo qual o benefício que isto possa trazer para quem defende o Não à mina. Não é isto que a população está à espera.

Quanto à proposta do PSD, no momento e nos termos em que é apresentada, só tem um único intuito, partidarizar o assunto do lítio. Como entendo que ainda não estamos nessa fase, penso que a mesma é extemporânea e é por isso que vou votar contra esta proposta.

Nesta fase não deve haver aproveitamento político, nem do lado do Sim nem do lado do Não.

Em relação à associação, só quem está dentro é que pode falar, quem não está não pode, é simples. Não há lá ninguém do PSD nem do PS, nem de outro partido qualquer, existem sim Barrosões preocupados em preservar o seu concelho, garantir que a mina não vem para cá destruir as nossas vidas. As pessoas que estão à frente da associação são apartidárias quanto a este assunto. No entanto, assumo que sou do



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

PS, não o escondi, todas as pessoas que me conhecem o sabem, não tenho vergonha de o dizer, e não mudo de partido, cresci e morrerei sendo PS.

Mas o facto de ser do PS nunca me impediu de ter liberdade de pensamento. Estou num partido em que há pluralidade de ideias, e, como já o disse mais do que uma vez, não estamos a discutir posições partidárias.

O PS ainda não assumiu qualquer posição.

Estamos na fase da discussão sobre os impactes da mina a céu aberto e não a discutir questões partidárias.

É assim que a maioria dos Barrosões espera e deseja que este tema seja tratado.

Não se meta os partidos neste assunto, deixem isso mais lá para a frente.

Lá para a frente poderá fazer-se política com este tema e tentar-se tirar dividendos políticos, quem assim o entender que o faça, eu não o vou fazer. Disse. Assinado, o deputado municipal Rui Cruz”.

Posta à votação, a proposta apresentada pelo deputado Marco Sousa foi rejeitada com trinta e oito votos contra e com sete votos a favor dos deputados Marco Sousa, Duarte Gonçalves, Sandra Gonçalves, Isabel Cosquete, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Jorge Lestra.

4 – Período da Ordem do Dia:

4.1. Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade do município, bem como da respetiva situação financeira, nos termos do disposto na alínea c), do n.º 2, do artigo 25º, e n.º 4, do artigo 35.º, ambos da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro;

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir a deputada Sandra Gonçalves.

A deputada Sandra Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “O Presidente da Assembleia Municipal atropelou o regulamento deste órgão ao não dar aos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

deputados que se inscreveram para a segunda intervenção direito à palavra, obrigando-me a intervir no primeiro ponto da ordem do dia. O presidente da Assembleia cometeu um erro e os erros corrigem-se, peço assim compreensão e que me seja concedida a palavra.

O presidente da Câmara informou esta assembleia que estão a resolver o assunto da creche no Baixo Barroso, agradecemos celeridade no processo, pois as famílias aguardam por esse serviço básico à décadas.

No que diz respeito ao conselho municipal de educação, a câmara tem o dever de fazer cumprir a lei, pois é a autoridade máxima do concelho, e deixar de andar num jogo de passa culpas com o agrupamento de escolas Bento da Cruz, urge colocar esta entidade a funcionar para bem dos nossos jovens. Se o município não tem competência para colocar um órgão de gestão sob a sua alçada a funcionar, é mau sinal.

Quanto à obra da cobertura do ginásio da escola do Baixo Barroso, que o presidente da câmara diz não ter existido, pois bem, foi executada em maio de 2018, pelo valor de vinte e cinco mil e oitocentos euros + IVA, pela empresa Gafaestruturas, no entanto, como foi mal executada, é como se não tivesse sido feita, continuam a existir infiltrações, tal como acontece com a maioria das obras neste concelho, a única obra que deveria ter água e não tem, são as piscinas municipais.

Quanto ao lítio, este será ultrapassado nos próximos 10 anos. Todos nós vivemos sem telemóveis ou sem portáteis, mas nenhum de nós vive sem água, oxigénio ou sem os alimentos que a terra nos dá. Vamos destruir o que de melhor tem o nosso concelho, a natureza, será que vale tudo? O partido socialista está há 29 anos no poder em Montalegre e só agora é que caiu a ficha e se aperceberam que o concelho está a definhar? Acusam a oposição de politizar a questão, pois bem, não foi a oposição que abriu sessões de esclarecimento a favor do lítio, não é a oposição que está infiltrada na recém-criada associação contra a mina, pelo contrário, quem politizou esta questão desde o início foi o Partido Socialista. Assinado, a deputada municipal Sandra Gonçalves”.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.2. Transferência de Competências para as Autarquias Locais – Lei nº 50/2018, de 16 de agosto.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, no que toca a esta matéria o PSD manterá a sua coerência, abstendo-se, por considerar que este processo de transferência de competências não é um processo claro, em que se conheçam os respetivos envelopes financeiros associados às competências a assumir, assim como os meios necessários à sua concretização. Por certo este processo será mais fácil de por em prática em grandes autarquias das cidades, onde existem meios técnicos e humanos capacitados para levar a cabo essa tarefa. Para autarquias mais pequenas será um processo mais difícil. Gostaria, uma vez que já se assumiu competências em 2019, que desse a sua opinião a esta assembleia em relação à experiência da autarquia quanto à implementação desse processo. Quais as dificuldades e entropias sentidas pela autarquia? Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

O Senhor Presidente da Câmara disse que o que foi aceite foi o património pois pode haver soluções para as casas florestais, a Quinta da Veiga e o centro de alojamento da Aldeia Nova.

Disse que a política de descentralização é uma iniciativa do PS com o apoio do PSD. É uma medida que não contribui para a coesão territorial, pois temos boas contas, mas não se nada em dinheiro. Em 2021, ninguém vai pedir para aderir ou não e aí é que vai haver problemas. Vem aí uma relação pouco simpática entre a administração central e a administração local. A Câmara Municipal de Montalegre pediu à tutela que explicasse as contas do processo para se perceber a razão de ser do pacote financeiro para a educação ou para a saúde. Aguardamos informação, mas o que é certo é que se vai perder capacidade de intervenção, como é o caso das escolas que vão ter que ficar sem 50 assistentes operacionais, 50 postos de trabalho perdidos é uma desonestidade. Não se podem desempregar 50 pessoas no concelho depois de tantos anos vinculados à escola. A Câmara vai ter que assumir essa despesa, que



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

naturalmente, se vai refletir no erário público, diminuindo a capacidade operativa da Câmara. Isto não é sensato, não é justo, não é sério. A sorte é que se fala na regionalização e poderá ser esta a única solução para os desequilíbrios que o pacote da descentralização perspetiva.

Deliberação: Aprovado por maioria, com oito abstenções dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Isabel Cosquete, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Jorge Lestra, rejeitar, para o ano de 2020, a transferência de competências nos seguintes domínios: Proteção e Saúde Animal (Decreto-Lei n.º 20/2019, de 30 de janeiro), Educação (Decreto-Lei n.º 21/2019, de 30 de janeiro), Saúde (Decreto-Lei n.º 23/2019, de 30 de janeiro), Justiça (Decreto-Lei n.º 101/2018, de 29 de novembro), Habitação (Decreto-Lei n.º 105/2018, de 29 de novembro), Estruturas de Atendimento ao Cidadão (Decreto-Lei n.º 104/2018, de 29 de novembro), Vias de Comunicação (Decreto-Lei n.º 100/2018, de 28 de novembro), Estacionamento Público (Decreto-Lei n.º 107/2018, de 29 de novembro), Transporte em vias navegáveis interiores (Decreto-Lei n.º 58/2019, de 30 de abril) e Áreas Portuárias (Decreto-Lei n.º 72/2019, de 28 de maio).

4.3. Relatório de Contas Consolidadas – Ano 2018.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Nós vamos abstermo-nos em relação a este relatório, uma vez que já fizemos igual votação em relação às contas. Isto é apenas a consolidação com a EHATB.

O Sr. Presidente disse que apenas detém a EHATB para consolidar, mas a informação não é correta. Querera dizer que por lei, apenas há necessidade de consolidar cotas com a EHATB mas existem mais participações do município conforme se vê no quadro da página 2.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

É aqui também que vemos o caso do Matadouro, onde como já várias vezes nos informou, esta participação do município no capital social do Matadouro seria ilegal, daí a necessidade de se ter aprovado a substituição do município no capital do Matadouro pela Coop-Barroso em Dezembro de 2016.

Até à data a Coop-Barroso apenas realizou 72.000,00€, faltando ainda 16.8000,00€ a realizar em 5 anos, pelo que a ilegalidade vai-se arrastando. Nós sempre questionamos a capacidade de uma entidade nascente como a Coop-Barroso em lançar mãos deste desafio financeiro. É notória aqui a dificuldade da entidade em realizar esse capital, e isto poderá por em causa a saúde financeira da própria entidade. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves.”

O Senhor Presidente da Câmara disse que a participação da Câmara é de 26% do capital social do Matadouro. Não há vantagem nenhuma em que a Câmara esteja vinculada ao matadouro. Até há vantagem que não esteja pois assim já pode ajudar financeiramente a instituição. Mas a autarquia não pode passar as suas ações para a Coopbarroso pois tem o receio de ao se fazer a alienação do capital, apareça alguém que venha destruir o que se tem aguentado com muita sapiência. Parabenizou o conselho de administração pois tem feito um excelente trabalho.

Deliberação: Aprovado por maioria, com oito abstenções votos dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Rui Pedro Gonçalves, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Jorge Lestra.

4.4. Informação relativa aos compromissos plurianuais assumidos no ano económico de 2019. Art.º 6º da lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, na redação dada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

4.5. Pedido de apoio financeiro, formulado pela União de Freguesias de Vilar de Perdizes e Meixide, destinado à realização de obras na freguesia.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Inscreveu-se para intervir o deputado Duarte Gonçalves.

O deputado Duarte Gonçalves entregou o seguinte documento à Mesa: “Sr. Presidente, aqui o problema é a falta de orçamentos. Nós somos a favor da transferência para as freguesias por forma a estas terem capacidade financeira. Mas com regras. Não pode ser um pedido de 3 linhas, em que nem o Sr. Presidente sabe para o que isto se destina!

Terá de haver orçamento, mapa de trabalhos, que nos diga o porque de ser 37.000,00€ e não outro valor qualquer, e se identifique claramente o objeto desta necessidade. Estes processos têm de ser transparentes e por isso nos abtemos. Assinado, o deputado municipal Duarte Gonçalves”.

Deliberação: Aprovado por maioria, com sete abstenções votos dos deputados Duarte Gonçalves, Marco Sousa, José Fernando Moura, Sandra Gonçalves, Manuel Rebelo, Iva Rebelo e Jorge Lestra.

4.6. Eleição de um elemento para fazer parte da Comissão Alargada da CPCJ de Montalegre, em virtude da professora Maria de Fátima da Silva Crespo ter pedido demissão do referido cargo.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

O deputado João Soares, em representação da bancada do PS, apresentou por escrito a seguinte candidatura: “De acordo com a Lei de Proteção de Crianças e jovens em Perigo, no seu artigo 17º, nº1, alínea I), e considerando o perfil legalmente instituído para desempenhar funções na Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Montalegre (CPCJ Montalegre), proponho a professora apresentada Luísa Leonor Lopes Pires uma vez que detém especiais conhecimentos e capacidades para intervir



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

na área das crianças e jovens em perigo, designadamente formação académica e vasta experiência e colaboração em projetos relacionados com a infância e a juventude. Assinado, o deputado João Soares.”

A Sra. Luísa Leonor Lopes Pires foi eleita, por escrutínio secreto, com quarenta votos a favor, um voto em branco e um voto nulo.

4.7. EHATB / Relatório de Execução Orçamental 4º trimestre 2018 / Para conhecimento.

O Senhor Presidente da Câmara informou a Assembleia.

Não houve intervenções.

A Assembleia tomou conhecimento.

5 – Período após a ordem do dia.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal abriu o período destinado à intervenção do público, tendo-se inscrito o Senhor Armando Pinto, o qual fez uma intervenção acerca do tema da exploração de minas.

O Senhor Armando Pinto entregou o seguinte documento à Mesa: “Ex. Sr. Presidente da Assembleia, Sr. Presidente da Câmara, Sr. (s) Vereadores, Sr. (s) Deputados, meus senhores.

Em nome da associação “Montalegre com Vida”, vimos mostrar a nossa preocupação em relação à implementação de minas a céu aberto no nosso concelho.

Somos um grupo apartidário, não nos movemos por interesses políticos, mas pelo nosso dever de Cidadania.

Somos cidadãos formados e informados, agimos com o coração, mas também pela razão, baseada em factos e em estudos.

Após as apresentações feitas pela empresa, analisados os documentos referentes ao processo e estudados processos semelhantes, percebemos que as promessas dos



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

500 postos de trabalho são uma autêntica mentira, que nenhum dos responsáveis conseguiu justificar.

Uma mina a céu aberto com cerca de 800 metros de diâmetro, 350 metros de profundidade, com uma área concessionada de 13Km², a trabalhar 360 dias por ano, 24 horas por dia, irá alterar por completo a morfologia da serra, será destruído todo o ecossistema aí existente, serão destruídas as linhas de água tanto à superfície como em profundidade, a contaminação dos lenções freáticos será inevitável.

A proximidade das aldeias, do rio Beça e seus afluentes, bem como a proximidade da barragem do Alto Rabagão que fornece água para as torneiras de todo o Alto Tâmega, causa-nos uma enorme preocupação.

Senhores deputados, a freguesia de Morgade tem uma área de 21,2 Km², perderá para a mina cerca de 13 Km², ou seja, mais de metade da área da freguesia, ficando 3 aldeias sem floresta, sem pastagens, sem nascentes, sem baldios, esta mesma freguesia que já tinha perdido os melhores terrenos para a construção da barragem.

Caso se concretizem as explorações mineiras previstas para o nosso concelho, podemos estar perante o maior atentado ambiental e social alguma vez visto por terras de Barroso. Pois como se pode verificar no PDM de Montalegre, elaborado em 2013, nele constam 20 potenciais áreas de exploração de recursos geológicos, distribuídas por várias freguesias. Destas, seis já estão em fase de pedidos de prospeção e/ou exploração. Será que vamos ter 20 minas a céu aberto no concelho?...

Com o pretexto da transição energética, que tanto se apregoa, e de que temos consciência que é inevitável, vamos permitir que ao mesmo tempo se destrua o nosso concelho? Nós, que já fomos ocupados por 5 barragens e por alguns dos maiores parques eólicos do país, nós, que contribuímos com uma enorme fatia de produção de energia limpa para o País, em troca de quase nada, não contribuímos já o suficiente para a descarbonização?

Assistimos há bem pouco tempo uma reportagem no Porto Canal, onde mostrava o que temos de melhor: o nosso fumeiro, as sextas-feiras treze, as paisagens, a água, o ar puro... Vimos o nosso Presidente referir que "Montalegre é uma ideia da natureza", citando ainda Bento da Cruz "Barroso é um paraíso, o único ou um dos poucos que restam à face da Terra".

Meus Senhores,



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

Será este o modelo de desenvolvimento que pretendemos para a nossa terra, deixando para trás aquilo que nos distingue, e de que tanto nos orgulhamos, queremos que Montalegre deixe de ser “uma ideia da natureza”, esta ideia que é o propósito daqueles que nos visitam.

Acreditam que este tipo de exploração mineira trará desenvolvimento e emprego para Montalegre? Ou pelo contrário sairão os poucos que restam.

Sr. Presidente da Assembleia Sr. Presidente da camara, Sr.(s) Vereadores, Sr.(s) Deputados não deixem que destruam a nossa terra a troco de tão pouco.

Os nossos concelhos vizinhos já manifestaram publicamente que estão contra a exploração de minas de lítio a céu aberto, não aguardaram pelos estudos de impacto ambiental. Aguardamos semelhante decisão da nossa Câmara Municipal. Muito obrigado! Assinado, Armando Pinto.”

O Senhor Presidente da Assembleia referiu que o Sr. Prof. Armando Pinto apresentou o assunto da possível exploração do lítio no concelho de Montalegre.

Agradeceu a sua comunicação e certamente que a Assembleia, atenta às exigências da lei, irá obter as melhores informações para ponderar os vários interesses em causa, no respeito pelas pessoas, pela natureza e pela nossa terra.

Tendo em conta a necessidade de dar cumprimento às deliberações tomadas na presente sessão, foi a minuta desta ata lida em voz alta.

Posta à votação, tendo sido aprovado por unanimidade, nos termos do disposto no n.º 1 e n.º 4 do artigo 57º da Lei nº 75/2013, de 12 de setembro.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou a Assembleia de que estava terminada a discussão da ordem do dia e efetuada a intervenção do público, pelo que deu por encerrada a sessão.

O Presidente da Assembleia

Fernando José Gomes Rodrigues



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE MONTALEGRE

O 1º Secretário

O 2º Secretário

Manuel da Silva Carvalho

Olímpia Maria Caldas Fernandes Vinhas